

**Questão 01.**

A prefeitura de Pirapora do Norte determinou a abertura de processo administrativo contra Mauro Penha, empregado público, após três anos de trabalho prestado, considerando que ele faltava constantemente ao trabalho, sem a devida justificativa, o que ocasionava a desídia, nos termos da letra “e” do art. 482 da CLT, pela contumácia do ato. Foram 18 faltas alternadas no período de 12 meses. A Comissão Processante instaurou os trabalhos e intimou Mauro para fazer a sua defesa prévia e prestar depoimento. No dia da sua oitiva, Mauro optou por ficar em silêncio e não apresentou defesa prévia no prazo assinalado para o ato. Tratando-se de matéria de direito, considerando que as faltas estavam registradas em seu cartão ponto e não havendo indicação de testemunhas de defesa, a Comissão Processante deu por encerrada a instrução processual e abriu prazo para Mauro fazer suas alegações finais. Nestas, Mauro pediu a nulidade do processo desde o início, tendo em vista a ausência de advogado e de defesa técnica. A Comissão Processante, em seu relatório, indicou a demissão do Mauro Penha por justa causa. Neste caso indique a resposta correta:

- A) A conclusão não é nula, porque Mauro era empregado público capaz e foi intimado para todos os atos do processo;
- B) A conclusão é nula, pois a Comissão Processante deveria nomear advogado para realizar a defesa técnica, como prevê o art. 133 da CF/88;
- C) A conclusão é nula, pois se trata de faltas ao trabalho, enquanto a justa causa deve ser aplicada para falta grave, de forma inequívoca e de caráter imediato à sua ocorrência;
- D) A decisão é nula porque fere o amplo direito de defesa previsto na CF/88.

**Questão 02.**

Maria José trabalhou como serviço geral em uma empresa prestadora de serviços terceirizados e foi demitida. Não teve sua CTPS anotada, e não recebeu suas verbas rescisórias. Após desligamento ingressou com ação na justiça do trabalho pedindo o reconhecimento do vínculo, verbas rescisórias não recebidas, e a multa do art. 477 da CLT. A empresa defendeu-se, dizendo que ela não havia comparecido para receber suas verbas no momento oportuno, razão pela qual impugnou o pedido, de forma genérica, dizendo ser indevida a multa do art. 477 da CLT, por culpa exclusiva da Reclamante. Neste caso o Juiz poderá condenar a empresa:

- A) A pagar as verbas incontroversas, sem a multa do art. 477 da CLT, em razão da Reclamante não ter comparecido para receber as verbas rescisórias na empresa;
- B) A pagar todas as verbas rescisórias, com acréscimo de 50%, mais a multa do art. 477 da CLT;
- C) A pagar todas as verbas rescisórias com a multa do art. 477 da CLT, sem acréscimo de 50%, porque não foi pedido na inicial;
- D) A pagar as verbas incontroversas, com acréscimo de 50%; e a multa do art. 477 da CLT.

**Questão 03.**

Felisberto Torquato trabalhou por três anos para uma empresa privada e, após sua demissão, entrou com reclamação trabalhista pedindo, entre outros, o vale-transporte não recebido por todo o período trabalhado. A empresa defendeu-se, dizendo que o Reclamante nunca lhe solicitou o vale-

transporte ou informou que precisasse deste auxílio. Neste caso, segundo entendimento sumulado do TST, responda:

- A) Felisberto não tem direito ao vale-transporte, porque nunca solicitou o benefício para a empresa, assim ela não teria como saber da sua necessidade e do valor devido para poder ajudá-lo;
- B) Felisberto tem direito ao vale-transporte;
- C) Felisberto tem direito ao vale-transporte, se comprovar que morava longe e precisava de tal benefício, mesmo requerendo somente em juízo;
- D) Felisberto tem direito ao vale-transporte somente a partir do momento que provar que solicitou ao empregador.

**Questão 04.**

Determinada empresa pagava de forma esporádica o adicional de periculosidade para seus empregados, de forma espontânea, em média seis meses por ano. Rodrigo trabalhou por cinco anos na empresa e entrou com pedido de adicional de periculosidade pelo período em que a empresa não pagou. Neste caso, segundo entendimento do TST:

- A) Rodrigo terá direito ao adicional de periculosidade, independentemente de prova pericial, ou de outro tipo de prova, porque a empresa, por mera liberalidade, já assumiu o fato de haver trabalho em condições perigosas;
- B) Rodrigo terá direito ao adicional de periculosidade, se perícia técnica determinada pelo Juízo comprovar que ele laborava em função perigosa, porque, neste caso, a prova é do juízo;
- C) Rodrigo terá direito ao adicional de periculosidade pelo período imprescrito, desde que prove que laborou em função perigosa neste período, em contato permanente com elementos inflamáveis ou explosivos;
- D) Rodrigo não tem direito ao adicional de periculosidade porque a insalubridade e a periculosidade só se provam por perícia técnica, conforme determinação do art. 195 da CLT.

**Questão 05.**

Gilberto Soares, após admissão como empregado, por concurso público, em uma empresa de economia mista, em 10.07.15 pediu demissão em 18.09.17 e entrou com pedido de equiparação salarial com base em paradigma por ele eleito. A Reclamada, em sua contestação, defendeu-se alegando a improcedência do pedido, com base no inciso XIII do art. 37 da CF/88, porque é vedada a equiparação salarial no serviço público. Com base na CF/88 e entendimento do TST:

- A) A remuneração no serviço público não está sujeita a equiparação salarial, por força da vedação estabelecida no inciso XIII do art. 37 da CF/88;
- B) O servidor concursado para função específica não pode ser comparado a outro servidor, por força do inciso XIII do art. 37 da CF/88, que veda a equiparação salarial no serviço público;
- C) A equiparação salarial é possível desde que os dois sejam concursados e tenham tempo de serviço inferior a dois anos ao mesmo empregador, por força do inciso XIII do art. 37 da CF/88;
- D) A equiparação é possível desde que preencha os requisitos do art. 461 da CLT.

**Questão 06.**

João da Silva, pretendendo constituir um sindicato da sua categoria profissional, na Cidade de Brasilândia, convocou assembleia geral constitutiva, em que foi eleito Presidente do Sindicato, compondo sua Diretoria com mais sete integrantes e seus respectivos suplentes. Tentando realizar o registro sindical, foi alertado de que havia muitos diretores compondo a chapa conforme determina o art. 522 da CLT. Diante deste caso, como deve proceder João?

- A) Insistir no registro, pois o art. 522 da CLT está revogado pelo inciso I do art. 8º da CF/88, que veda a interferência ou intervenção do Poder Público no sindicato;
- B) Insistir no registro, pois a partir do advento da CF/88, a organização sindical passou a ser uma sociedade civil, competindo aos interessados definir os seus órgãos de administração, em respeito à ampla liberdade sindical;
- C) Alterar a composição, para manter a orientação do art. 522 da CLT, porque não foi revogado pela CF/88;
- D) Alterar a composição, para manter o número de três diretores, por ser sindicato novo, e os demais, como suplentes, porque a CLT não traz vedação neste sentido.

**Questão 07.**

De acordo com o art. 611-A, introduzido na CLT com a reforma trabalhista (lei 13.467/17), a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre direitos coletivos, exceto:

- A) Representante dos trabalhadores no local de trabalho;
- B) Troca do dia de feriado;
- C) Enquadramento do grau de insalubridade;
- D) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**Questão 8.**

José Maria entrou com reclamação trabalhista pelo rito sumaríssimo. Na sentença o juiz decidiu em seu desfavor em entendimento que contraria o disposto em orientação jurisprudencial do TST. Interposto recurso ordinário, com este fundamento, o TRT manteve a decisão de primeiro grau. Diante disso, José Maria interpôs recurso de revista, fundamentando-o na divergência jurisprudencial do TST. Neste caso:

- A) É incabível o recurso, pois a decisão não viola diretamente dispositivo constitucional, tampouco contraria entendimento sumulado pelo TST;
- B) O recurso de revista deverá ser admitido, pois o fundamento da decisão contraria Orientação Jurisprudencial do TST;
- C) O recurso de revista é incabível no procedimento sumaríssimo, logo, não deverá ser admitido;
- D) O recurso de revista deverá ser admitido, em razão do princípio do duplo grau de jurisdição obrigatório.

**Questão 9.**

A empresa, executada em ação trabalhista, apresentou embargos à execução arrolando testemunhas para provar as suas alegações defensivas. O juiz, liminarmente, indeferiu a oitiva das testemunhas, por entender que já havia sido ultrapassada a fase de conhecimento, e a execução se restringia aos valores homologados pelo juízo da execução. Diante deste quadro, assinale a afirmativa correta.

- A) Correta a decisão do juiz, pois já fora ultrapassada a fase de conhecimento, portanto nesta fase não existe matéria de fato;
- B) Errada a decisão do juiz, pois é cabível prova testemunhal em sede de embargos à execução, as quais só podem ser indeferidas se forem desnecessários os seus depoimentos;
- C) Errada a decisão do juiz, pois sempre é cabível a prova testemunhal para o pleno exercício da ampla defesa, mesmo que a execução refira-se somente a cálculos;
- D) Correta a decisão do juiz, já que a execução está restrita à liquidação da sentença.

**Questão 10.**

Atílio Batista trabalha para uma empresa há três anos e oito meses e nunca tirou férias. Por estar cansado e precisando viajar com a família, pediu férias ao seu empregador, mas o seu pedido foi negado. Em razão disso, entrou com reclamação trabalhista pedindo que o Juiz lhe concedesse as férias, porque era seu direito. Diante deste quadro, assinale a afirmativa correta, com base na legislação.

- A) O juiz extinguiu o processo, porque a concessão de férias é ato de competência do empregador;
- B) O juiz deverá dar prazo para o Reclamante aditar a inicial para requerer a rescisão indireta, por infração contratual grave por culpa do empregador, e requerer as férias, de forma indenizada, de forma simples ou em dobro, e o acréscimo do terço constitucional;
- C) O juiz deverá notificar o órgão de fiscalização para proceder à autuação da empresa e para que esta cumpra o dever legal de conceder as férias, sem prejuízo da multa devida à espécie;
- D) O Juiz marcará as férias do empregado.

**Questão 11.**

Com relação à prova testemunhal, é incorreto afirmar:

- A) As partes poderão arrolar três testemunhas no inquérito para apuração de falta grave, se assim entenderem necessário;
- B) Cabe à defesa alegar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante;
- C) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação;
- D) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

**Questão nº 12.**

Na reclamação trabalhista, sob pena de nulidade processual, o Juiz deverá propor a conciliação, no mínimo:

- A) Uma vez, para poder registrar que as partes não se conciliaram e assim prosseguir na instrução;
- B) Duas vezes, uma na abertura da audiência e outra no encerramento da instrução processual;
- C) Quatro vezes a cada audiência, na conciliação e na instrução;
- D) Três vezes, no início da audiência, depois de apresentada a defesa e antes de prolatar a sentença.

**Questão nº 13.**

Um advogado é procurado por três amigos desempregados para mover ação trabalhista perante seus respectivos empregadores: Mário, em razão de não ter recebido as devidas verbas rescisórias, solicita o ajuizamento em face de seu ex-

empregador, empresa privada do ramo da construção civil; Leandro, postula o ajuizamento contra uma empresa de prestação de serviços e uma fundação pública estadual, para as quais prestou serviços, requerendo a responsabilização subsidiária; Fernando, demitido durante o período de garantia provisória de emprego por acidente do trabalho, pleiteia reclamação contra sociedade de economia mista para quem trabalhou por 2 anos. Analisando os pedidos, o advogado entende por bem atribuir os valores de 50 salários mínimos à causa de Mário, 25 salários mínimos para Leandro e 10 salários mínimos para Fernando. Diante disso é correto afirmar que:

- A) Todas as causas correrão sob o procedimento ordinário;
- B) A causa de Mário correrá sob o procedimento ordinário e as causas de Leandro e Fernando, sob o sumaríssimo;
- C) As causas de Mário e Leandro correrão sob o procedimento ordinário, enquanto a causa de Fernando, sob o sumaríssimo;
- D) A causa de Mário correrá sob o procedimento ordinário, a causa de Leandro, sob o procedimento sumário, e a causa de Fernando, sob o sumaríssimo.

#### Questão nº 14.

De acordo com a CLT e o entendimento sumulado pelo TST, em relação à Ação Rescisória, considere:

I – Ainda que haja recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em um único momento e tribunal, pois não há formação de coisa julgada de capítulo de sentença. Assim, conta-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.

II - A decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra.

III - O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo e ativo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto, e em razão da necessidade de aglutinação de autores pela natureza do litígio.

IV - O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, diante do litisconsórcio passivo necessário e da exigência de autorização expressa dos filiados para serem representados judicialmente, conforme disposto no art. 5º, XXI, da Constituição Federal de 1988.

Está correto o que consta em:

- A) I, II e III, apenas;
- B) II, apenas;
- C) III e IV, apenas;
- D) I, II, III e IV.

#### Questão nº 15.

Herodes, brasileiro, foi contratado, em Belo Horizonte, pela sucursal mineira da empresa Peixe e Fritas S/A, cuja sede situa-se em São Paulo, para gerenciar a abertura de um

restaurante em Londres, onde prestou serviços por 3 anos. Após esse período, foi transferido para França, para gerenciamento de novo empreendimento, tendo prestado serviços no local por 2 anos. Diante da iminência do *Brexit*, a unidade francesa foi fechada e o contrato, rescindido, todavia, sem o pagamento de algumas verbas trabalhistas. Tendo retornado ao Brasil, Herodes busca o ajuizamento da correspondente reclamação trabalhista. Diante disso assinale a alternativa correta:

- A) A ação deve ser ajuizada na França, último local da prestação de serviços, não havendo competência da autoridade judiciária brasileira para conhecer da reclamação;
- B) Em razão da pluralidade de locais de execução do contrato, o empregado poderá exercer a faculdade de opção de foro, escolhendo entre os locais de contratação, de prestação de serviço ou de rescisão contratual;
- C) A competência para conhecer da ação é exclusiva da autoridade da sede da empresa;
- D) Não havendo convenção internacional dispondo o contrário, a competência para conhecer da ação será a autoridade judiciária trabalhista brasileira.

#### Questão nº 16.

O Ministério Público do Trabalho instaurou inquérito civil no Município de Mauá-SP (2ª Região), onde se localiza o estabelecimento principal da empresa com maior volume de negócios, para apurar lesões coletivas trabalhistas ocorridas em determinada refinaria de petróleo. No decorrer da apuração, constatou-se que o dano também ocorria nas refinarias de Paulínia-SP (15ª Região), localidade da sede da empresa, e de Duque de Caxias-RJ (1ª Região), onde se verificou a maior extensão do dano. Considerando a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) Como o dano teve abrangência suprarregional ou nacional, a ação deverá ser proposta em uma das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª Região, da 15ª Região ou da 1ª Região, concorrentemente, estando prevento o Juízo para o qual a ação for primeiro distribuída;
- B) A ação deverá ser ajuizada em Mauá, exclusivamente, em razão de ser o estabelecimento principal da empresa e concentrar o maior número de funcionários contratados;
- C) A ação deverá ser ajuizada em Paulínia, exclusivamente, local da sede de empresa, de onde sua Diretoria emite as orientações de funcionamento a serem seguidas por todas as filiais, portanto, caracteriza-se como local da lesão;
- D) A ação deverá ser ajuizada perante o TST, tendo em vista o conflito de competência entre varas submetidas a diferentes Tribunais Regionais do Trabalho.

#### Questão nº 17.

De acordo com a jurisprudência uniforme do TST sobre o mandado de segurança, considere as seguintes assertivas:

I - Há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo de instrumento visando a destrancá-lo.

II - Havendo discordância do credor, em execução provisória, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do CPC.

III - Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir

crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no art. 835 do CPC.

IV- A tutela provisória concedida ou indeferida antes da sentença, não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido. Está correto o que consta em:

- A) II, III e IV;
- B) III, apenas;
- C) I e II;
- D) I e IV.

#### Questão nº 18.

Acerca do Recurso de Revista, considere as seguintes assertivas:

I – O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho abrange a análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, assim como o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

II - É recorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência material, cabível agravo interno para o respectivo órgão colegiado.

III – Há necessidade de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal para a admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro.

IV – É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

V - A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, configura erro grosseiro, insuscetível de autorizar o seu recebimento como recurso ordinário, afastando a aplicação do princípio da fungibilidade.

De acordo com o disposto na CLT e na jurisprudência uniforme do TST, está correto que consta em:

- A) I, II, III e IV;
- B) I, II, e IV, apenas;
- C) III, IV e V, apenas;
- D) I, III e V, apenas.

#### Questão nº 19.

Em sede de execução no processo do trabalho, acerca do disposto na CLT e na jurisprudência uniforme do TST, assinale a alternativa incorreta:

- A) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem. Todavia, se a sucessividade for por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução;
- B) É dever do juízo, após a conta ser elaborada e tornada líquida, abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão;

C) Ainda que tenha havido interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal, poderá o credor promover a execução do julgado, em razão da não prejudicialidade;

D) As contribuições sociais previstas na alínea *a* do inciso I e no inciso II do *caput* do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar a Justiça do Trabalho, não serão executados de ofício, tendo em vista a necessidade de promoção pela própria parte.

#### Questão nº 20.

Considerando as recentes modificações legislativas brasileiras e a jurisprudência uniforme do TST, analise as assertivas abaixo:

I – O juízo, a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. Tal multa aplica-se à testemunha que tenha, intencionalmente, alterado a verdade dos fatos ou omitido fatos essenciais ao julgamento da causa.

II - Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo de ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir a incumbência de comprovação de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. Referida decisão não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

III - Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos definidos no Código de Processo Civil, cuja instauração suspenderá o processo, havendo possibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301. Da decisão que acolher ou rejeitar o incidente não caberá recurso de imediato, independente da fase do processo em que foi proferida, tendo em vista a aplicação do princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.

IV - A constituição de procurador com poderes para o foro geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada. A juntada da ata de audiência, em que consignada a presença do advogado, ainda que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito.

V - Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. Está correto o que consta em:

- A) I, II, III, IV e V;
- B) I, III e V, apenas;
- C) II e V, apenas;
- D) II, IV e V, apenas.